

GRAMSCI E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A COMPREENSÃO DO TRABALHO DOCENTE

GRAMSCI AND ITS CONTRIBUTIONS FOR THE UNDERSTANDING OF THE TEACHING WORK

VIEIRA, Emilia Peixoto¹

RESUMO

Este artigo aborda questões acerca do trabalho docente. Procura compreender o que são hoje os intelectuais? Se considerarmos que todos são intelectuais, como analisar o trabalho docente na contemporaneidade? Buscamos a compreensão na leitura de Gramsci. Assim, apresenta-se o trabalho: o intelectual e sua importância na sociedade; a autonomia relativa do intelectual; a especificidade do trabalho docente; as condições objetivas e subjetivas da organização do trabalho docente.

Palavras-chave: Educação; Intelectuais; Trabalho Docente.

ABSTRACT

This paper approaches questions concerning the teaching work. Search to understand what they are today the intellectuals? If to consider that all are intellectual, as to analyze the teaching work in the contemporaneidade? We search the understanding in the reading of Gramsci. Thus, the work is presented: the intellectual and its importance in the society; the relative autonomy of the intellectual; the especificidade of the teaching work; the objective and subjective conditions of the organization of the teaching work.

Key-words: Education, Intellectual, Teaching work.

¹ Professora Assistente da Universidade Estadual de Santa Cruz -UESC. Doutoranda da Faculdade de Educação Unicamp. **E-mail:** emilcarl@terra.com.br.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto das inquietações que foram surgindo ao longo da minha formação e atuação profissional como professora do Ensino Superior. A docência no ensino superior me revelou as inúmeras carências de ordem econômica e política na formação das professoras da educação básica. Não é tão distante a dificuldade apresentada também pelos/as professores/as do ensino superior. A vida de professora do ensino superior tem me levado a diferentes reflexões sobre o meu trabalho e a minha prática docente, mas muitas vezes encontro pouco ou quase nenhum espaço para discutir essas inquietudes e dilemas das condições de trabalho dos docentes tanto da educação básica quanto do ensino superior.

Essas inquietações têm feito refletir para tentar compreender o que são hoje os intelectuais? Se considerarmos que todos são intelectuais, como nos coloca Gramsci, como analisar o trabalho docente na condição de intelectual na contemporaneidade? Buscando a compreensão na leitura de Gramsci, consideramos que um intelectual não é aquele que tem uma formação acadêmica específica, mas aquele que é capaz de entender e ocupar uma posição específica no conjunto das relações que engendram a sociedade entre a infra-estrutura e superestrutura, e pode interferir sobre essas relações, provocar um “novo” bloco histórico². Dessa forma, o intelectual é aquele que é capaz de compreender o lugar que ocupa nas relações materiais/sociais de uma determinada formação social e atuar sobre elas.

Assim, este breve ensaio tentará esboçar um pouco sobre o intelectual³ e sua importância na sociedade, a autonomia relativa do intelectual⁴, a especificidade do trabalho docente e as condições objetivas e subjetivas da organização do trabalho docente. Mesmo que em linhas gerais, e correndo o risco de “esquematisações” simplificadoras, acredito ser uma maneira possível de utilizar as contribuições desse autor para explicar a sociedade contemporânea. Contudo, não se pretende esgotar o debate neste trabalho, mas sim pensar um pouco sobre as possibilidades para o trabalho docente numa perspectiva transformadora. Com isso, quero convidá-los/as ao diálogo que, dentro do recorte aqui proposto, busco muito mais perguntas do que saber respostas, sendo ambas, sempre provisórias.

² Na concepção gramscista, o bloco histórico liga estrutura e superestrutura organicamente. “Essa organicidade é definida abstratamente por Gramsci como a necessidade de o movimento superestrutural do bloco histórico evoluir nos limites de desenvolvimento da estrutura, mas também, mais concretamente, como a obra dos grupos sociais encarregados de gerir as atividades superestruturais” (PORTELLI, 1977, p. 47).

³ Entendemos aqui a importância do intelectual *orgânico* no conceito de Gramsci que o define como o intelectual que proveniente da classe social que o gerou, torna-se seu especialista, organizador e homogeneizador, na busca para superar e modificar as concepções de mundo dominante e promover novas maneiras de pensar um novo projeto de produção, ciência, cultura na ótica da classe trabalhadora.

⁴ A autonomia do intelectual é entendida como relativa, pois segundo Gramsci essa “força autônoma” é impossível de se manter, até mesmo entre a classe dominante. Para esta, o intelectual é um representante de sua classe, o que faria a ligação entre infra-estrutura e superestrutura. Contudo, suas idéias são disputadas no momento da crise do bloco histórico “antigo” para formar uma nova disputa entre a burguesia e o proletariado, o “novo” bloco histórico.

O INTELLECTUAL E SUA IMPORTÂNCIA NA SOCIEDADE

Gramsci (1978) apresenta ainda uma formulação teórica bastante atual para a compreensão da sociedade capitalista do século XX e XXI. Ao discutir o processo histórico real de formação das diversas categorias intelectuais, ele o faz entendendo este processo no conjunto geral do sistema de relações sociais. Neste sentido afirma que todo ser humano é intelectual, no entanto, nem todos desempenham esta função na sociedade. Dessa forma, só é possível compreender as atividades intelectuais no contexto em que estas se encontram no conjunto geral das relações sociais.

Desse modo, Gramsci afirma que,

Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Em suma, todo, homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim, para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar (GRAMSCI, 1979, p. 08).

Para Gramsci (1978) o homem é o resultado das relações sociais que estabelece com os outros homens e das relações que trava com a natureza na busca constante de sobrevivência e desenvolvimento. Para existir o homem necessita prover sua própria existência que é o que vai determinar a maneira que ele existe. Nas sociedades capitalistas, essa luta pela sobrevivência é determinada pela divisão da sociedade em classes. Essa divisão de classes vai gerar contraposições, em virtude das relações de força de disputa nos campos material, político e militar.

Nesse caminho, Gramsci discute o papel dos intelectuais como os que fazem as relações entre as diferentes classes sociais possibilitando uma visão de mundo unitária e homogênea. Mostra-nos nesse sentido, que todas as camadas sociais possuem seus intelectuais, uns sendo profissionais, outros inclusos nesta categoria por participarem de determinada visão de mundo.

O intelectual caracteriza-se por sua ligação com a estrutura, isto é, com os interesses de uma determinada classe da produção econômica, mas também pelo caráter superestrutural⁵ de sua função no bloco histórico, dando homogeneidade e consciência de sua função à classe à qual está ligado. O vínculo do intelectual não é, portanto, sua origem social, mas o caráter orgânico que ele desempenha no nível superestrutural. Nesse sentido, todo ser humano é um intelectual fora de sua profissão, pois participa de uma concepção de mundo contribuindo para mantê-la ou modificá-la, promovendo novas maneiras de pensar. A elaboração dessa camada de intelectuais deve ser entendida sempre como resultado dos processos históricos concretos.

⁵ Para Gramsci, as superestruturas formam um conjunto complexo e inter-relacionado, onde encontramos duas dimensões essenciais: a sociedade política e a sociedade civil. A primeira compreende o aparelho de Estado que corresponde à dominação direta ou de comando que se exprime no Estado ou no governo jurídico. A sociedade civil, que é a maior parte da superestrutura é concebida como “o conjunto dos organismos, vulgarmente ditos privados, que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade” (GRAMSCI *apud* PORTELLI, 1977, p. 22).

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como é o caso nos grupos sociais fundamentais, mas é “mediatizada”, em diversos graus, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os “funcionários” (GRAMSCI, 1979, p. 10).

É precisamente por meio dos processos de persuasão, tarefa dos intelectuais, que a supremacia da classe dominante é mantida por longos períodos, uma vez que pelos mecanismos repressivos da sociedade política ela exerce uma dominação pela força, submetendo-os à sua vontade. A impossibilidade de manter essa dominação pelos mecanismos coercitivos por longos períodos, requer, também, o trabalho de persuasão, próprio da sociedade civil, por meio do qual passa-se do exercício da dominação ao exercício da hegemonia⁶. Isso significa dizer que no capitalismo o intelectual pode vincular-se tanto à burguesia quanto ao operariado, uma vez que sua relação é mediatizada. Desse modo,

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político (GRAMSCI, 1979, p. 03).

O conceito de intelectual em Gramsci, portanto, só pode ser compreendido em sua qualidade de ser orgânico, o que significa claramente vincular-se a uma classe fundamental, desempenhando atividades tanto no âmbito da sociedade civil quanto política. A busca da hegemonia do grupo que representa é seu objetivo, a fim de proporcionar-lhe o controle do bloco histórico, isto é, mantendo a relação dialética existente entre a estrutura e a superestrutura. Os intelectuais ligados à classe burguesa são

As células vivas da sociedade civil e da sociedade política: são eles que elaboram a ideologia da classe dominante, dando-lhe assim consciência de seu papel, e a transformam em “concepção de mundo” que impregna todo o corpo social. No nível da difusão da ideologia, os intelectuais são os encarregados de animar e gerir a “estrutura ideológica” da classe dominante no seio das organizações da sociedade civil (Igrejas, sistema escolar, sindicatos, partidos etc.) e de seu material de difusão (*mass media*). Funcionários da sociedade civil, os intelectuais são igualmente os agentes da sociedade política, encarregados da gestão do aparelho de Estado e da força armada (homens políticos, funcionários, exército etc.) (PORTELLI, 1977, p. 86).

Gramsci destaca ainda que, a atividade intelectual pode ser diferenciada em graus do ponto de vista intrínseco, que vão produzir uma diferença qualitativa entre os tipos de intelectual que possa existir e de acordo com a atividade exercida na superestrutura.

No mais alto grau, devem ser colocados os criadores das várias ciências, da filosofia, da arte, etc.; no mais baixo, os “administradores” e divulgadores mais modestos da riqueza intelectual já existente, tradicional acumulada (1979, p. 11-12).

Assim, os intelectuais ligados à classe burguesa são porta-vozes desse grupo ligado ao mundo da produção e tentam imprimir na sociedade maior homogeneidade e consciência da importância dessa classe.

⁶ Hegemonia que decorre precisamente do sistema de alianças que a classe dirigente consegue estabelecer em torno de seus propósitos de classe e da adesão a esses propósitos por parte da população em geral, que os toma como se fossem ao encontro de seus interesses coletivos e não dos interesses particulares da classe no poder (PARO, 1991, p. 86)

Por outro lado, para Gramsci, o intelectual a serviço da classe trabalhadora tem papel importante no processo da reprodução social, na medida em que ocupa espaço social de decisão prática e teórica, com função de elaborar uma nova cultura, que pode ser entendida também como contra-hegemonia. A organicidade dos intelectuais nessa referência não se reduz apenas a formação de uma vontade coletiva, capaz de adquirir o poder do Estado, mas também a difusão de uma nova concepção de mundo e de comportamento. A possibilidade de se contrapor a hegemonia do grupo dominante requer do intelectual orgânico romper com a sua posição tradicional, e dessa forma, criar mecanismos capazes de relacionar política e hegemonia da classe trabalhadora, contrapondo-se com a classe dominante.

O que Gramsci (1978) nos mostra é que todos os homens são filósofos, ainda que ao seu modo, inconscientemente, pois em qualquer manifestação de uma atividade intelectual está contida uma determinada concepção do mundo. Assim, existem duas maneiras de lidar com a formação de sua concepção do mundo. Ou o indivíduo participa de uma concepção do mundo imposta pelo ambiente exterior, por vários grupos sociais, nos quais todos estão envolvidos desde sua entrada no mundo consciente, ou elabora a própria concepção do mundo de uma maneira crítica e consciente e, portanto, em ligação com o próprio pensamento, escolhendo a própria esfera de atividade, participando ativamente na produção histórica do mundo, sendo guia de si mesmo e não aceitando o exterior de forma passiva.

A AUTONOMIA DO INTELECTUAL

Para Gramsci a autonomia intelectual não é tão fácil diante da classe dominante. Isso porque esta imprime no intelectual o papel de representante de sua classe, que faria a ligação entre a superestrutura e a infra-estrutura, utilizando o mecanismo persuasivo como estratégia dominante.

A ideologia hegemônica domina pela persuasão, pelo consenso, para isso utiliza-se do intelectual. O poder de uma classe sobre a outra acontece pela hegemonia e não pela força, pela coerção, pois os mecanismos coercitivos, isoladamente, não são suficientes para manter a supremacia social por longos períodos. Por isso a classe no poder precisa utilizar mecanismos persuasivos inerentes à sociedade civil, o intelectual tradicional. Somente assim ela pode conseguir um consentimento duradouro, advindo do consenso espontâneo que ela passa às grandes parcelas da população. Assim, somente através dos organismos da sociedade civil e de mecanismos persuasivos é que uma classe deixa de ser meramente dominante e passa a exercer a hegemonia na sociedade. Os dominados, ou seja, a classe dirigida reconhece na classe dominante o seu direito de dirigir a sociedade em seu conjunto não pela força, mas pelo consenso.

Gramsci (1978) ressalta o importante papel do intelectual orgânico na ação contra-hegemônica. Configura o bloco histórico como uma unidade de estrutura e superestrutura, que se mantém tendo como princípio básico a classe hegemônica. Assim, mostra a articulação entre a classe dominante e a classe dominada num jogo constante de força e poder. Entende que as normas e regras devem ser estabelecidas pela própria coletividade, destacando a grande responsabilidade do intelectual orgânico no preparo do dirigente e que consegue perceber seu importante lugar e papel na sociedade.

Dentro desse contexto, o homem deve ser concebido como elementos puramente subjetivos e de elementos de massa (objetivos ou materiais) com os quais o indivíduo está em relação ativa. Transformar o mundo significa fortalecer a si mesmo, desenvolver a si mesmo, uma vez que a atividade para transformar e dirigir conscientemente os homens realiza a sua humanidade, a sua natureza humana.

Portanto Gramsci (1979) vai buscar no conflito, nas posições antagônicas os fundamentos para explicar as questões relativas à ideologia⁷ e à hegemonia, básicos para se entender o poder nas sociedades de economia capitalista. E nessa compreensão, a autonomia do intelectual para assumir sua função não só no setor econômico, mas também nos setores social e político.

Isto significa que numa sociedade marcada pela desigualdade entre classes fundamentais é impossível superar todos os conflitos de classe, apesar da constituição de um bloco histórico – que estabelece um vínculo orgânico entre estrutura e superestrutura – que busca garantir a hegemonia dominante. As contradições originadas na exploração do trabalho impedem a realização plena e livre do desenvolvimento humano, porque parte dela tem seus interesses negados. A colaboração recíproca e a realização de interesses comuns é a condição necessária para uma sociedade igualitária.

A atual organização da sociedade como uma sociedade de classes, portanto, impede uma sociedade que realize a igualdade, fato que só pode ser possível com a superação de tal estrutura. Portanto, a autonomia intelectual tem importante papel na manutenção e reprodução de tais contradições, uma vez que é a responsável pela produção das consciências acerca de tais antagonismos.

Nesse sentido, a transformação social tem que ser compreendida também na dimensão da produção ideológica, responsável pela tradução das grandes mudanças ocorridas na história, para um determinado período histórico. As mudanças mais radicais e profundas são sempre, resultado de movimentos amplos, duradouros e complexos, que se desenvolvem em longos períodos e que vão, ao longo do tempo, produzindo e expressando as contradições na totalidade do corpo social.

Na sociedade contemporânea, muito maior e complexa, a “revolução” também terá um caráter mais complexo de difícil resolução (PARO, 1991). Para Gramsci a sociedade civil é o lugar privilegiado para a luta de hegemonia da classe revolucionária, uma vez que esta não se funda apenas no poder coercitivo do Estado, fenômeno ainda mais evidente na sociedade moderna, porque, ao contrário, depende cada vez mais de complexos mecanismos e instituições da sociedade civil.

Criar um novo bloco histórico é condição para a transformação social, isso implica uma crise orgânica no atual bloco histórico – na vinculação entre estrutura e superestrutura – para que uma nova hegemonia seja instalada.

⁷ “(...) a ideologia nunca é uma totalidade abstrata em conexão com uma totalidade concreta, uma relação ideal teoria/prática, uma cadeia invisível que uniria a consciência ao real, mas o processo dialético da manifestação de uma ‘filosofia’ determinada, através das estruturas materiais históricas, de que modifica a forma e o conteúdo ao ‘realizar-se’.” (GRISONI & MAGGIORI *apud* PARO, 1991, p. 87).

Para Gramsci “se a classe dominante perdeu o consenso, então não é mais ‘dirigente’, senão unicamente dominante e detentora da pura força coercitiva, o que significa que as classes dominantes se separaram das ideologias tradicionais, não crêem mais no que acreditavam antes” (1974, p. 56, tradução nossa). Há um rompimento com os intelectuais e com a ideologia dominante, com os organismos e com as instituições que representam a classe no poder. Interessa-nos especificamente esse aspecto, para pensarmos no papel do intelectual e de modo particular, no papel dos profissionais da educação numa sociedade de classes. Considerando a atividade intelectual como a especificidade do trabalho pedagógico, estarão seus profissionais atuando como intelectuais orgânicos? A favor de qual das classes fundamentais? Estarão atuando como construtores, organizadores, persuasores permanentes?

Elaborar os princípios, os problemas, o cotidiano, do ponto de vista teórico, deve ser a tarefa do intelectual, determinando dessa forma um bloco social e cultural. A homogeneidade da classe revolucionária se concretiza à medida que toma consciência de sua realidade, de sua função e da formação de pessoas capazes de um pensamento crítico capaz de generalizar-se sobre toda a sociedade. Desse modo,

O problema da criação de uma nova camada intelectual, portanto, consiste em elaborar criticamente a atividade intelectual que existe em cada um, em determinado grau de desenvolvimento, modificando sua relação como o esforço muscular-nervoso no sentido de um novo equilíbrio e conseguindo-se que o próprio esforço muscular-nervoso, enquanto elemento de uma atividade prática geral, que inova continuamente o mundo físico e social, torne-se o fundamento de uma nova e integral concepção do mundo (GRAMSCI, 1979, p. 08).

Segundo Paro (1991) o educador formal, que atua na escola, tem uma dupla responsabilidade no desempenho da função educativa. A primeira delas refere-se à constatação de que a produção do saber foi possível na medida em que a classe trabalhadora em todos os tempos foi a responsável pela produção material, liberando uma parcela da população para o trabalho intelectual, fato que na maioria das vezes não é nem percebido, contribuindo para a maneira desigual como este é distribuído socialmente. A segunda responsabilidade diz respeito à importância que representa para a classe trabalhadora o acesso ao saber para luta pela transformação social. Por tudo isto, diz o autor, os educadores deveriam atuar como um intelectual orgânico da classe trabalhadora, considerando-se inteiramente vinculados a essa classe e aos seus interesses. “Na medida em que, sem conhecimento objetivo da realidade, não se pode vê-la criticamente, o desenvolvimento de uma consciência crítica na escola deve levar em conta, preliminarmente, a própria valorização dos conhecimentos objetivos que se fazem presentes mesmo no currículo da escola capitalista” (PARO, 1991, p. 119)

A ESPECIFICIDADE DO TRABALHO DOCENTE

A especificidade do trabalho docente, mesmo submetido a relações de controle do seu trabalho, apresenta singularidades, comparando-se a outros trabalhadores. Consideramos a especificidade do trabalho docente, entendendo esse profissional como intelectual, mesmo com os limites e possibilidades de sua atuação na contemporaneidade.

Para Gramsci (1999):

(...) o ponto de partida para alcançar uma visão organizada de mundo não se faz arbitrariamente em torno de uma ideologia qualquer, vontade de alguma personalidade. A não adesão ou adesão da massa a uma ideologia demonstra a crítica da racionalidade histórica dos modos de pensar. As construções arbitrárias são as primeiras a serem eliminadas na competição histórica (GRAMSCI, 1999, p. 111).

A crítica e o rompimento com a estrutura dominante requer a capacidade de neutralizar a teoria antiga, mostrando sua contradição e incoerência. Assim, para Gramsci (1978) a melhor crítica seria a da filosofia da práxis, vista como a unidade entre a teoria e a prática e só pode apresentar-se em uma atividade polêmica e crítica, como uma superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente ou de um mundo cultural também já existente.

Segundo Gramsci (1978) a filosofia da práxis ou busca manter os simplórios na sua filosofia primitiva do senso comum, ou busca conduzi-los a uma concepção de vida superior. Essa filosofia afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os simplórios na medida em que se torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais.

O homem ativo de massa atua praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica desta ação, que, não obstante, é um conhecimento do mundo na medida em que o transforma. Pode ocorrer, inclusive, que a sua consciência teórica esteja historicamente em contradição com o seu agir (GRAMSCI, 1978, p. 20).

É possível dizer que o indivíduo possui duas consciências teóricas: uma implícita na sua ação, e que realmente o une a todos na transformação prática da realidade; e outra, explícita ou verbal, que ele herdou do passado e acolheu sem crítica. Porém, essa consciência verbal não é inconseqüente, ela é ligada a um determinado grupo social e influi sobre a conduta moral e pode atingir um ponto em que a contraditoriedade da consciência não permita nenhuma ação e produza uma passividade moral e política.

A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de 'hegemonias' políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real (GRAMSCI, 1978, p. 21).

A personalidade histórica de um filósofo individual é dada pela relação ativa entre ele e o ambiente que ele quer modificar, ambiente que reage sobre o filósofo e funciona como professor. Compreende-se assim como uma das maiores reivindicações das camadas intelectuais a chamada liberdade de pensamento e de expressão do pensamento, já que só onde existe essa condição política é que se realiza a relação de professor-aluno.

Na realidade, não existe filosofia em geral, existem diversas filosofias ou concepções do mundo, e sempre se faz uma escolha entre elas. Isso significa, então, que um grupo social tem uma concepção própria do mundo, ainda que em formação, que se manifesta na ação.

(...) toma emprestada a outro grupo social, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção que lhe é estranha; e aquele grupo afirma por palavras esta concepção, e também acredita segui-la, já que a segue em 'épocas normais', ou seja, quando a conduta não é independente e autônoma, mas sim submissa e subordinada. É por isso, portanto, que não se pode destacar a filosofia da política; ao contrário, pode-se demonstrar

que a escolha e a crítica de uma concepção do mundo são também elas, fatos políticos (GRAMSCI, 1978, p. 15).

Isto demonstra o quanto é necessário sistematizar, crítica e coerentemente, as próprias concepções do mundo e da vida, e essa divulgação é fundamental ser realizada pelo intelectual, pelo professor. A “difusão da filosofia da práxis é a grande reforma dos tempos modernos, é uma reforma intelectual e moral que realiza em escala nacional, o que o liberalismo não teve êxito em realizar, senão para camadas restritas da população” (PORTELLI, 1977, p. 1292).

Um movimento filosófico, segundo Gramsci (1978), só merece este nome na medida em que, no trabalho de elaboração do pensamento superior ao senso comum e cientificamente coerente, não se esqueceu de permanecer em contato com a fonte dos problemas que devem ser estudados e resolvidos. Só através desse contato que a filosofia se torna histórica e livre dos elementos intelectuais de natureza individual.

Entre os filósofos profissionais e os demais homens não existe diferença qualitativa e sim quantitativa, ou seja, o filósofo profissional pensa com maior rigor lógico, com maior coerência do que os outros homens, mas conhece toda a história do pensamento, sabe as razões do desenvolvimento desse pensamento. Ele tem, portanto, no campo do pensamento, a mesma função que nos diversos campos científicos tem os especialistas.

A formação política⁸ é um constante desafio para os professores e deve ser pautada em valores sociais do paradigma humanista, da produção do conhecimento e da produção da cultura, e não centrados na recompensa econômica. Nesse contexto, como produzir intelectuais que acima de tudo tenham compreensão histórica do mundo em que vivem da cultura em que estão inseridos, com uma política de formação que prioriza aspectos desvinculados de tais valores? Como questiona Gramsci, em sua defesa da escola *unitária*: como organizar a educação de forma a atender a formação humanista concreta e a atividade prática, preparando homens para o exercício autônomo e criador de suas funções sociais?

O Estado capitalista em que vivemos não tem possibilitado a realização de uma educação comprometida com a transformação social, e nem poderíamos esperar isto, em se tratando de uma sociedade estruturalmente desigual, mas tem também produzido toda ordem de reducionismos e dificuldades no que se refere a dois aspectos, necessariamente interligado: a formação dos educadores (inicial e continuada) e a produção das condições objetivas em que se realiza o magistério. Utiliza-se dessa forma da educação para a difusão da ideologia dominante, contando para tal intento, de intelectuais de mais baixo nível. Desse modo, a real subordinação da educação à política⁹, em seu sentido mais amplo.

Nesse sentido são os educadores/as – aqueles/as organicamente vinculados à classe trabalhadora - que necessariamente, terão que buscar alterar a conjugação de forças da atual sociedade, no que se refere à produção da escola enquanto

⁸ Entendida aqui como a intervenção, a ação.

⁹ Entendida aqui como a intervenção do Estado, da classe dominante.

aparelho da sociedade civil, encontrando no trabalho coletivo, formas de organização capazes de contraporem-se às atuais condições de produção intelectual de professores/as e alunos/as que necessitam da escola pública como espaço de escolarização e produção de consciências capazes de produzirem a transformação social.

Sem delegar mais responsabilidades aos educadores/as, expostos a uma perversa organização do trabalho docente, é preciso acreditar, como diz Saviani (2003, p. 87) que, “ser idealista em educação significa justamente agir como se esse tipo de sociedade [igualitária] já fosse realidade. Ser realista, inversamente, significa reconhecê-la como um ideal que buscamos atingir”.

AS CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

O trabalho docente precisa ser compreendido como característica intrinsecamente humana, que se realiza em condições objetivas e subjetivas. Dessa forma, é preciso entender o trabalho dos profissionais da educação, especialmente dos professores, como sujeitos da escola, papel de figura estruturante do grupo, atuante num lugar marcado no tempo e espaço na escola.

Consideradas as condições objetivas como as condições efetivas do trabalho do professor. Na estrutura física, incluem-se: a adequação do espaço escolar para a atividade profissional; espaço da sala de aula e salas de apoio; salas de professores/as e de produção de material pedagógico; laboratórios; limpeza, higiene e conservação. Na organização do trabalho docente (tempos e espaços) incluem-se: carga horária; tempo de planejamento coletivo e individual; grupos de estudo; formação continuada; pessoal de apoio; acompanhamento pedagógico. Nos recursos didáticos, incluem-se: material de consumo (papel, tinta, tesoura, lápis, borracha, caderno, fotocópia, material impresso, etc.); material didático (livros de apoio, livros de literatura, retro projetor, data show, computador, etc.).

As condições objetivas são compreendidas como os instrumentos de trabalho, os meios utilizados pelos docentes para a objetivação de sua prática. No cotidiano escolar não podemos desconsiderá-los objetivamente como os meios aos objetivos do trabalho docente, especificamente, e do trabalho escolar em geral. A realidade, contudo tem sido perversa quanto a essas condições, ainda, em boa parte das escolas públicas brasileiras. A organização do trabalho docente tão pouco tem se restringido a organizar o trabalho do professor na escola. Quando nos referimos aos recursos didáticos, diferenciamos aqui da estrutura física, mas também compreendidos como meios pelos quais se objetiva o trabalho docente, que em sua especificidade dependem de tais recursos para sua efetivação, como outras profissões dependem de outros meios.

O trabalho docente muitas vezes é privado de tais recursos por ser compreendido como centrado na figura do professor, grandemente influenciado por uma visão tradicional do ensino, que prioriza a transmissão do conteúdo pelos docentes, descartando a contribuição que tais recursos possam ter. Tal situação tem efeito perverso sobre os docentes, privando-os de melhores condições de trabalho.

No que se refere às condições subjetivas partimos da compreensão a partir de uma concepção de educação de classe, especialmente nas escolas públicas. O significado do trabalho pedagógico se estabelece como um trabalho educativo que a partir da aprendizagem do conhecimento produzido historicamente pela humanidade sirva a uma transformação social, para as classes sociais desprivilegiadas da estrutura social. Isso ocorre devido à expressão das lutas de classe dentro da sociedade civil e aparece dentro das salas de aula, para o Estado capitalista, isso não deveria existir.

Consideramos as condições subjetivas como o sentido da ação docente a partir da compreensão do trabalho como função estritamente humana e sua função específica na estrutura social, na sociedade capitalista. Envolve o trabalho como característica humana incluindo: o sentido da atividade docente, compreendida a partir do significado do trabalho pedagógico na escola capitalista; intencionalidade da ação educativa; produção do conhecimento como característica humana. Ainda, os percursos de escolarização e profissionalização: diferenças na formação docente; diferenças na socialização profissional e na formação continuada. E a organização do poder no cotidiano escolar: distribuição desigual do poder na escola; autonomia escolar (administrativa e pedagógica); autonomia docente.

Embora as condições subjetivas sejam referenciadas apenas à formação, aqui estaremos considerando além da formação e socialização profissional as questões das relações de poder e da autonomia tanto da escola quanto dos docentes.

Nesse sentido, numa concepção marxista do trabalho, este precisa ser compreendido nas condições históricas em que se produz, o qual condiciona a forma como é realizado. Constitui-se naquilo que a humanidade consegue produzir, diferenciando-se da natureza, aquilo que num sentido amplo constitui-se em cultura humana, realizada com uma intencionalidade e planejamento. É a racionalidade humana que permite esta atividade intencional, o trabalho.

Para Saviani (2003), o trabalho educativo produz indivíduos singulares, a humanidade, isto é, o trabalho educativo alcança sua finalidade quando cada indivíduo singular apropria-se da humanidade produzida historicamente e coletivamente, quando o indivíduo apropria-se dos elementos culturais necessários à sua formação como ser humano, necessário à sua humanização. O trabalho educativo, portanto, diferencia-se de outras formas de educação por produzir diretamente esse processo de educação e humanização. Ele é dirigido a este fim, diferentemente de outros tipos de educação consideradas indiretas.

A abordagem dada aqui separa as condições objetivas e subjetivas, para fins didáticos, mas na realidade esta separação é impossível, pois o sujeito da ação, neste caso, os docentes, age e pratica a ação em determinadas condições, logo sujeito e realidade não podem ser considerados em parte, mas ambos se relacionam de forma articulada. O trabalho docente e/ou de qualquer profissional da escola precisa ser compreendido como uma unidade, na relação de seus elementos responsável pela sua natureza, produção e desenvolvimento.

É por isso que é necessário destacar que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa um grande progresso filosófico, já que implica uma unidade

intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica.

Gramsci (1978) destaca a importância e o significado que têm os partidos políticos na elaboração das concepções do mundo, na medida em que elaboram a ética e a política adequadas a ela, ou seja, em que funcionam como experiência histórica de tais concepções.

Os partidos selecionam individualmente a massa atuante, e esta seleção opera-se simultaneamente nos campos prático e teórico, com uma relação tão mais estreita entre teoria e prática quanto mais seja a concepção vitalmente e radicalmente inovadora e antagônica aos antigos modos de pensar (GRAMSCI, 1978, p. 22).

Portanto, pode-se dizer que os partidos são organizados a partir da unificação de teoria e prática e compreende-se como necessária que a sua formação se realize através da adesão individual, já que se trata de dirigir toda a massa econômica ativa. Deve-se dirigi-la inovando, fazendo com que essa inovação se torne consciência atual, coerente, sistemática e vontade precisa e decisiva.

Se a filosofia for colocada como concepção do mundo e o trabalho filosófico sendo concebido como uma luta cultural para transformar a mentalidade popular e divulgar as inovações filosóficas, então a questão da linguagem e das línguas deve ser colocada em primeiro plano. A linguagem é essencialmente um nome coletivo, significa, também, cultura e filosofia (ainda que no nível do senso comum)

(...) e, portanto o fato 'linguagem' é, na realidade, uma multiplicidade de fatos mais ou menos organicamente coerentes e coordenados: no extremo limite, pode-se dizer que todo ser falante tem uma linguagem pessoal e própria, isto é, um modo pessoal de pensar e sentir (GRAMSCI, 1978, p. 36).

Segundo Gramsci (1978) a linguagem pode ser relacionada com a colocação das práticas pedagógicas, segundo as quais a relação entre professor e aluno é uma relação ativa, e que todo professor é sempre aluno e todo aluno, professor. Essa relação existe em toda a sociedade no seu conjunto e em todo o indivíduo com relação aos outros indivíduos, assim como entre as camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos.

Toda relação de 'hegemonia' é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais (GRAMSCI, 1978, p. 37).

Essas relações necessárias, na medida em que são conhecidas em sua necessidade, mudam de aspecto e de relevância. Essa mudança é o conhecimento, que segundo Gramsci (1978), é poder. Porém não é suficiente conhecer o conjunto das relações em um dado momento, mas importa conhecê-las na sua formação, uma vez que todo sujeito é a história dessas relações, isto é, o resumo de todo passado.

A ausência dessa compreensão transforma o sentido da ação que pode alterar o significado da atividade escolar. Essa construção deve ser buscada nos processos de formação cotidianos, a partir da clareza da intencionalidade da ação educativa nesta sociedade.

Dessa forma, o sentido dos percursos de escolarização e profissionalização tem diferenças marcantes na formação de cada docente a partir de sua formação inicial, bem como nos processos de socialização profissional. Cabe à formação continuada o exercício cotidiano de formar os profissionais da escola, como nos coloca Gramsci, os intelectuais orgânicos, a partir de suas necessidades e objetivos. Isto articula-se diretamente às condições de organização do trabalho pedagógico.

No que se refere à organização do poder no cotidiano escolar, principalmente nas escolas públicas, ainda há o ranço da organização tradicional, estruturada e hierarquizada da estrutura escolar distribuindo desigualmente o poder na escola. Direção, pedagogos, professores, alunos e pais. Segundo Gramsci (1979) “a crise do programa e da organização escolar, isto é, da orientação geral de uma política de formação dos modernos quadros intelectuais, é em grande parte um aspecto e uma complexificação da crise orgânica mais ampla e geral” (p. 118).

Cabe aos intelectuais orgânicos trabalhar para construir a escola “desinteressada” e “formativa”, uma escola na concepção de Gramsci (1979) “única, de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual” (p. 118).

REFERÊNCIAS

- BROCCOLI, Ângelo. **Antonio Gramsci y la educación como hegemonia**. México Nueva Imagen, 1977.
- GRAMSCI, Antonio. **Introdução ao estudo da Filosofia**. A Filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da História**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- PARO, Vitor. **Administração escolar**: introdução crítica. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1991.
- PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Tradução: Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 36. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.